



## ANEXO I

1 – António Fernando Soares Pinto Loureiro, portador do cartão de cidadão n.º

[REDACTED], [REDACTED], na qualidade de representante legal do concorrente – **Arpecdouro, S.A., NIPC 508 263 425**, registada na Conservatória do Registo Comercial de Baião, sob o mesmo número, com sede em Rua da Sortelha, n.º 396, Distrito do Porto, Concelho de Marco de Canaveses, Freguesia de Constance, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público para a execução da Empreitada "**Execução do Pavilhão Arqueológico Subaquático**", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

### **Artigo 9.º - Documentos que constituem as propostas**

**9. a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos ANEXO I**

**9. b) Declaração contendo a indicação do preço e do prazo**

**9. c) Certidão Permanente**

**9. d) Declaração de delegação de poderes para assinatura de documentos que instruem a proposta**

**9. e)**

**(i) Indicação dos preços unitários**

**(ii) Plano de Trabalhos:**

**a) Plano com a sequência das espécies de trabalhos**

**b) Plano de Mão de Obra**

***c) Plano de Equipamentos***

***9. f) Cronograma Financeiro***

***9. g) Memória Justificativa e Descritiva***

***9. h) Declaração sob compromisso de honra relativa ao impedimento previsto no nº 6 do artigo 113º do CCP***

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.



ARPECDOURO  
POWER BUILDING

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Marco de Canaveses, 27 de dezembro de 2022